

O FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA NAS CIDADES MEDIEVAIS: SÉCULOS XI AO XIV

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.001-050>

César Alexandre dos Santos

Doutorado em Ciências Sociais – UNESP
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Colegiado de História – Campus de Paranavaí
E-mail: casalexan@yahoo.com.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5412518852175518>

Jaime Estevão dos Reis

Doutorado em História – UNESP
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Departamento de História – DHI/UEM
Docente do Programa de Pós-Graduação em História – PPH/UEM
Docente Mestrado e Doutorado Profissionais em Ensino de História – UEM
Coordenador do Laboratório de Estudos Medievais – LEM
E-mail: jereis@uem.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8170-7478>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

RESUMO

Neste capítulo fazemos uma breve análise historiográfica acerca do caráter econômico que se revestiram as principais cidades medievais do Ocidente Europeu, entre os séculos XI a XIV. Inicialmente, discorreremos sobre um debate antigo entre os historiadores que trata das divergências relativas à motivação que levou a expansão urbana no período denominado de “Baixa Idade Média”. Seriam essas “novas” aglomerações urbanas o resultado da ampliação dos antigos burgos, a continuidade das antigas cidades episcopais ou o resultado da ampliação e intensificação das relações comerciais desenvolvidas pela nova “classe” de homens ricos, os mercadores? Buscaremos entender em que aspectos essas “novas” aglomerações urbanas se diferenciaram das antigas cidades do Ocidente, especialmente no campo econômico e social. Ao final destacaremos as transformações na base produtiva e comercial ocorridas na fase final da Idade Média e, as principais mudanças que elas provocaram nas mentalidades das pessoas deste período, especialmente no que diz respeito a forma de pensar suas relações sociais e econômicas.

Palavras-chave: Expansão urbana. Cidades medievais. Mercadores. Artesãos. Comércio.

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo visa compreender a forma de funcionamento e as principais características das cidades do Ocidente medieval entre os séculos XI ao XIV. Com isso, buscaremos discutir como essas “novas cidades”, que surgiram ou foram ampliadas num contexto diverso de expansão urbana, impulsionaram a produção, o comércio e a circulação de mercadorias em todo o Ocidente. Isso transformou a vida econômica e social das pessoas deste período e influenciou em muito, suas mentalidades.

O recorte temporal escolhido para análise desse processo deve-se ao fato de se tratar do período em que essas aglomerações urbanas cresceram de forma vigorosa em boa parte do Ocidente europeu, após um longo período de domínio do Feudalismo que tinha no campo o espaço “natural” de organização social. Apesar da existência de um certo antagonismo entre campo e cidade no contexto anterior ao ano mil, a partir do século XI, as interações entre o espaço agrário e urbano – este último, revigorado com a fundação de novas cidades e a ampliação das rotas de comércio – tornaram-se bastante fortalecidas e integrados, principalmente do ponto de vista econômico.

As cidades se tornaram um espaço muito fértil para o desenvolvimento de novas práticas na organização da produção e nas relações de compra e venda, resultado da ação determinante de dois destacados grupos de atores sociais: os mercadores e os artesãos. Buscaremos compreender o novo ambiente urbano a partir da observação da influência exercida por esses dois grupos sociais que assumiram uma “vocação” mais mercantil, sobretudo no ambiente urbano.

Em razão da diversidade de características das cidades medievais, não foi possível nos reportarmos a todas elas para análise dos dados. Evitamos entrar nas questões específicas de cada uma e, buscamos direcionar o foco do nosso estudo dando ênfase aos aspectos comuns existentes entre os grandes centros econ  micos e comerciais dos séculos em questão. As principais regiões do Ocidente que serviram para a análise historiográfica dessas cidades medievais compreenderam as regiões dos atuais territórios da Itália, da França, dos países Baixos, da Inglaterra, da Alemanha e da Espanha.

A partir do século XI várias dessas cidades assumiram um protagonismo comercial e, já no século XIII, se tornaram polos econ  micos ativos, dinamizando o comércio ocidental e ampliando o intercâmbio com o Oriente. Dentre elas, destacamos as cidades “italianas”, como Florença, G  nova e Veneza, cidades francesas como Paris e Lyon, de regiões dos Países Baixos como Gante e Bruges, da Alemanha como Lubeck – base da Liga Hanse  tica –, Londres, York, Lincoln e Norwich, na Inglaterra, bem como Sevilha e Barcelona na Península Ibérica.

Inicialmente, discorreremos sobre as principais teses historiográficas que buscaram dar uma explica  o para origem e a motiva  o da expansão desses centros urbanos, a partir do século XI. Apesar das divergências destes estudos,    consenso entre a maioria dos autores que essas “novas” aglomera  es urbanas apresentaram características bem diferenciadas das cidades da antiguidade,

especialmente no que diz respeito a economia e a organização social. Como as atividades produtiva e comercial das cidades eram muito mais intensas que nos feudos, isso facilitou na atração dos camponeses para seu interior. A maioria que migrava para o espaço urbano buscava um emprego para garantir o sustento familiar, pois o campo já dava sinais de esgotamento da oferta de trabalho.

Nesta análise, optamos em dar enfoque especial ao caráter econômico das cidades medievais por entender que, foi esse aspecto que influenciou de forma determinante nas mudanças que se desenvolveram nas mentalidades da época. Concluiremos o capítulo abordando a importância desse processo para o desenvolvimento da sociedade ao longo dos séculos que se seguiram, especialmente nos aspectos social e econômico. Procuraremos assim, corroborar para desmistificar a máxima, que por vezes é repetida, de que a Idade Média teria sido a “Idade das Trevas”, “da estagnação” ou até do “retrocesso histórico”.

2 CIDADES MEDIEVAIS: A POLÊMICA SOBRE SUA ORIGEM

O espaço de tempo compreendido entre o século V - queda do Império Romano – e o final do século X é conhecido pela historiografia tradicional como “Alta Idade Média”. Essa primeira fase do período medieval foi caracterizada por um processo continuado de decadência urbana e de intensa ruralização do Ocidente europeu. Durante esses séculos o Feudalismo se constitui e as grandes porções de terra (feudos) se multiplicaram e espalharam em boa parte da Europa. O Feudo era o “*locus natural*” da vivência e organização social da maioria das pessoas.

No regime feudal, o “senhor” era o proprietário de uma grande porção de terras onde ele exercia total poder sobre seus servos. Um *suserano* (senhor) poderia ser um *vassalo* (subordinado) de outro, porém, nos limites de suas terras ele era o “senhor absoluto”, agindo como juiz, protetor, administrador, autoridade “policial”, entre outros. Normalmente os servos ou vilões estavam subordinados ao senhor por uma relação contratual de dependência que os unia, sendo que ao término da obrigação poderiam mudar-se de feudo, embora isso na prática não fosse muito comum. Esses servos, constituídos de artesãos ou camponeses, normalmente, desenvolviam uma relação duradoura com o senhor feudal e acabavam por se vincular as terras do feudo, tornando-se “agregados” ao valor delas. Mesmo aqueles que eram livres não tinham o direito de propriedade sobre a terra, no máximo tinham a garantia de não serem despejados dela.

Como os feudos eram praticamente autossuficientes na produção daquilo que necessitavam, o comércio urbano praticamente inexistia. Como resultado da intensificação do deslocamento das pessoas que migravam da cidade para o campo na busca da subsistência familiar, a vida municipal se enfraqueceu. Com isso, nesta primeira fase da Idade Média, o regime senhorial se fortaleceu em torno dos feudos constituindo a servidão como base econômica e social de sustentação do Ocidente europeu. A ausência de um poder forte e centralizado nas principais regiões dava a cada feudo uma grande

autonomia, criando no seu interior uma economia local e fechada, que na maioria das vezes não produzia excedentes e não faziam uso das moedas nas trocas. Talvez por isso, haviam poucos mercados urbanos constituídos.

A partir do século XI o sistema Feudal do Ocidente europeu entrou numa segunda fase, sofrendo alterações significativas na sua estrutura. Uma das principais transformações foi a expansão urbana em função do revigoração de algumas cidades e surgimento de outras. Simultaneamente a esse processo, observou-se também um gradual e contínuo enfraquecimento das relações feudais. Esse período ficou conhecido como “Baixa Idade Média” e durou até o final do século XIV. Nesta segunda fase, foi o campo que se enfraqueceu sistematicamente e, em contrapartida as cidades cresceram e se multiplicaram. Esses novos espaços urbanos se demonstraram muito diferentes das antigas cidades romanas, especialmente com relação a sua administração e economia.

O encantamento, a perspectiva de trabalho, a possibilidade de ascensão social que as cidades geravam, atraía os camponeses para os novos espaços urbanos. O perímetro territorial das cidades aumentou sistematicamente, na medida em que crescia sua população, sua produção e seu comércio interno e externo. Isso obrigou as cidades a se organizarem de forma mais complexa através da criação de governos locais, mecanismos e leis específicas para reger o comportamento dos cidadãos e fiscalizar rigidamente as atividades produtivas e comerciais.

Apesar de não haverem registros precisos de números e nem uma abundância de provas documentais que comprovem o aumento populacional das cidades na Baixa Idade Média, é possível determinar o seu crescimento físico quando observarmos as sucessivas construções das muralhas no entorno das ruínas dessas aglomerações urbanas medievais. Nelas, aparecem até quatro edificações de proteção ao seu redor, todas construídas em períodos diferentes. O aparecimento de diversos burgos e subúrbios neste período, também permitem projetar um crescimento quantitativo razoável da população urbana.

Na medida em que cercavam toda a cidade protegendo-a militarmente das invasões e saques de produtos, as muralhas cumpriam um importante papel na segurança dos cidadãos, especialmente dos mercadores. A construção e manutenção dessas muralhas era inicialmente de responsabilidade do senhor feudal, proprietário das terras onde a cidade se encontrava instalada. Porém, com a crescente autonomia e posterior independência que esses espaços urbanos adquiriram, isso passou a ser obrigação dos cidadãos, em especial dos burgueses mais abastados.

Além disso, a muralha tinha uma representação simbólica para a população. Transpor os seus portões significava sair do julgo do senhor feudal e adquirir a “liberdade”, mesmo que não fosse totalmente plena. A cidade era um local isolado, autônomo, seguro e livre, adentrar a ela significava ganhar a independência. Segundo Pirenne (1977, p.118), “do facto de constituir um lugar fortificado a cidade torna-se um burgo.” Essa afirmação demonstra o caráter de fortaleza que as cidades tinham e

dá pistas da origem da palavra “burguês”, surgida no século XI na França para designar os moradores do burgo comercial.

Com o fim das invasões escandinavas, eslavas e húngaras a partir do século X, a paz foi novamente estabelecida na Europa. Esse processo fez aumentar a natalidade e a retomada do crescimento da população em várias cidades, novas ou antigas. “A fecundidade das famílias aparece tão generalizada na nobreza como entre os camponeses” (Pirenne, 1977, p.67). Outros fatores também influenciaram na proliferação das aglomerações urbanas na Europa medieval, como a acentuada migração dos camponeses para as cidades provocada pela falta de terra para o cultivo, pelo aumento dos descendentes da nobreza, por intempéries climáticas, pelo crescimento do comércio e do consumo de produtos exóticos do Oriente, entre outros. Esse quadro de esvaziamento do campo levou a uma queda na produção, e consequente diminuição das rendas dos senhores feudais. A solução encontrada por eles foi aumentar a tributação sobre os camponeses, o que forçou ainda mais a migração para os grandes centros comerciais. As pilhagens e a obrigação de financiamento de diversas cruzadas promovidas pela Igreja também exigiram aumento da tributação por parte dos senhores feudais.

Como a terra dava sinais de esgotamento para produção agrícola e não surgiam grandes inovações nas técnicas de cultivo, os camponeses viram-se sob uma pressão insustentável para o aumento da produtividade. Eram obrigados a trabalhar cada vez mais e, por vezes, a colocar em risco a subsistência da família para pagar os tributos exigidos. A solução vislumbrada por eles foi buscar o refúgio e sobrevivência nas cidades. Porém, essa migração não se deu de forma tranquila, pois mesmo não sendo escravos, esses camponeses estavam agregados às terras e a sua saída dos feudos provocou uma forte reação dos senhores feudais. Em algumas regiões organizaram-se grupos para captura dos servos “fugitivos”.

Muitos desses senhores faziam acordos de cooperação entre eles. Porém, esses pactos por vezes eram rompidos, já que alguns proprietários acabavam acobertando os servos fugitivos em troca do compromisso deles se fixarem em suas terras. Em outras regiões, alguns senhores optaram em oferecer a liberdade aos servos em troca da permanência no feudo ou, ainda, mudaram a forma de pagamento do trabalho deles passando a fazê-lo através uso das moedas (dinheiro). Visando forçar a permanência dos homens no campo, diversos senhores feudais optaram em tornar ainda mais coercitiva a sua relação com os servos, tornando-os quase escravos. Isso também gerou muita revolta e levou a evasão do campo para cidade.

Segundo Pirenne (1977), além da migração dos camponeses para as cidades, em muitos casos o crescimento urbano foi um resultado direto da intensificação da atividade desempenhada pelos mercadores (novos homens ricos), sobretudo o exercício do comércio de longa distância. Na maioria das vezes, esses homens eram originários do campo, expulsos e fugitivos da miséria, das guerras e da fome. Sem nenhuma opção de trabalho, lançavam-se à aventura de comercializar produtos de um lugar

para outro a fim auferir algum lucro para sua subsistência, com isso alcançavam regiões cada vez mais distantes. Nestas viagens comerciais, por vezes, paravam para descansar em um lugar seguro capaz de proteger suas cargas contra possíveis saques. Muitos acabaram se fixando nesses locais fundando novas cidades, quase sempre próximas de entroncamentos das antigas estradas romanas, de um rio ou de uma ponte.

Outras cidades teriam surgidas a partir de um castelo ou burgo, a exemplo da região da Inglaterra, onde artesãos e mercadores se fixavam na busca da proteção das muralhas contra possíveis pilhagens. Acomodados nesses espaços, os burgueses passavam a comercializar os produtos interna e externamente. Isso criou a necessidade de aumentar a produção do artesanato, com vistas a atender as novas demandas dos mercados. A necessidade de novos produtos numa quantidade cada vez maior atraiu os camponeses e artesãos a procura de trabalho. Esse grande volume de pessoas acabava se fixando no entorno do castelo ou do burgo, dando origem a núcleos urbanos que mais tarde se tornariam as “novas cidades”. A marcante característica comercial e produtiva dessas aglomerações em muito se diferenciava das antigas cidades episcopais.

Porém, a ideia de que o “comércio por si só seria o responsável pelo surgimento das cidades medievais” é questionada por Heers (1994, p.127-129), que afirma que os estudos demonstram que a maior parte das cidades do Ocidente já se apresentavam como núcleos pré-urbanos. Para ele, antes mesmo do comércio se intensificar no século XI essas pequenas cidades já existiam, embora afirme também que elas tiveram um grande crescimento com o incremento do comércio, desenvolvendo novas formas de organização e estruturação. Segundo esse autor, ao Sul as cidades sofreram influências dos mercadores, mas estes, diferentes daqueles do Norte analisados por Pirenne, eram normalmente filhos de nobres ricos e de grandes proprietários, sendo quase sempre membros da nobreza que se voltaram à atividade comercial em razão de possuírem privilégios fiscais e políticos junto aos príncipes.

Para o autor, nesta região, as cidades serviam de proteção militar em caso de ataques dos sarracenos, sendo cercadas de muralhas e nelas residiam cavaleiros, senhores feudais, artesãos e não existia oposição aparente entre campo e cidade, pois esta última se apresentava como parte integrante do sistema feudal. Já na Itália, berço do catolicismo, a ideia de continuidade das cidades romanas parecia ser mais evidente, na medida que uma grande parte delas permaneceram como centros episcopais na primeira fase da Idade Média.

Também Suárez Fernández (1984) questiona as teses de Pirenne. Segundo esse autor, o estudo feito pelo historiador belga se referiu apenas as cidades do norte da França, pois, quando se estuda as cidades do sul e do centro, verifica-se que a maior parte delas eram pequenas aglomerações urbanas, porém muito dependentes do campo. Para ele, nem sempre o comércio foi o fator determinante no surgimento das cidades e pode-se observar, por exemplo, que não houve nenhuma grande cidade comercial na região da *Champagne*, embora ali ocorresse anualmente uma das maiores feiras

comerciais da França, que reunia mercadores e compradores de todas as regiões. Há ainda, o exemplo de outras cidades que foram abandonadas e reconstruídas em outros locais buscando uma maior proteção das invasões e saques.

Neste sentido, várias são as teses discutidas pela historiografia que buscam embasar a expansão urbana na Baixa Idade Média. Há autores que defendem a ideia de essas novas aglomerações foram a “continuidade” das antigas cidades romanas; outros que elas seriam frutos do incremento da atividade produtiva e comercial, intensificada pela ação dos mercadores e da reabertura do comércio no Mediterrâneo. Outros ainda, afirmam que as cidades teriam surgido a partir de uma evolução de um feudo, de uma fortaleza ou de um burgo, daí se explicaria porque algumas delas teriam se desenvolvido como centros comerciais e outras como espaços senhoriais. Houveram ainda locais em que essas situações coexistiam numa mesma cidade, como foi o caso de Arles na França que, segundo LE Goff (1992, p.16) “... compunha-se de quatro elementos, a *cit  *, o burgo antigo, o burgo novo e o mercado, cada qual com sua muralha e sua administra  o. S   em 1623 eles se reuniram dentro de uma mesma muralha”.

Ao nosso ver, somente a somatória de todas essas teses nos possibilitará compreender melhor como se deu o processo de reurbaniza  o do Ocidente no final da Idade Média, assim como o esvaziamento do campo que acelerou a desestrutura  o do Sistema Feudal. Apesar da diversidade das teses sobre a origem das cidades na Baixa Idade Média, podemos afirmar com segurança que na maioria delas se desenvolveram novas rela  o  es sociais, muito diferentes daquelas estabelecidas nas antigas cidades e no interior dos feudos. Veremos que isso foi influenciado, em muito, pelas novas formas de produzir e comercializar desenvolvidas no interior das cidades medievais.

3 O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES MEDIEVAIS

Diferentemente do feudo, a cidade do final da Idade Média era onde se conquistava a liberdade que, apesar de limitada em alguns aspectos, possibilitava aos artesãos e mercadores o direito de trabalharem, de se organizarem em associa  o  es próprias, de produzirem e comercializarem seus produtos com qualidade e preços mínimos garantidos. Naquele momento, o espaço urbano representava a chance de se encontrar o emprego que faltava no campo e que poderia garantir um sustento mínimo para família, mesmo que esse trabalho fosse na condi  o de *jornaleiro*¹. Cada vez mais, os cidadinos tinham autonomia para organizar administrativamente e comercialmente suas cidades, criar tribunais próprios, formular legisla  o  es específicas, construir edifica  o  es, etc. Porém, pertencer de fato a cidade e obter uma cidadania definitiva, por vezes, dependia de um grande aporte

¹ A figura do jornaleiro se refere a um artesão que havia concl  ido o seu aprendizado, mas não havia sido elevado a condi  o de mestre, normalmente por não ter obtido as condi  o  es para compra de ferramentas e de instala  o  es para abertura de sua oficina. Acabava sendo contratado por um mestre para trabalhar recebendo s  l  rios pelo trabalho executado por dia, semanas ou meses.

financeiro que poderia ser pago pelo próprio indivíduo ou pelo “apadrinhamento” de alguém abastado, com grande influência e morador erradicado no espaço urbano a pelo menos um ano e um dia (Rossiaud,1989).

Mesmo aqueles que residiam nas cidades em condição “irregular” por não conquistarem a cidadania definitiva, também estavam libertos do domínio do senhor feudal, tinham o direito a proteção das muralhas, podiam buscar um emprego, uma moradia e a uma subsistência mínima, que poderia ser resultado da conquista de um trabalho ou, até mesmo, da caridade da Igreja ou de outros moradores. Mas, a cidade não era um “paraíso”. Quanto maior ela era, mais acentuado eram seus problemas e mais precárias suas condições de infraestrutura. Faltavam moradias próprias para a maioria da população e, por essa razão, as pessoas se aglomeravam nos sótãos das casas ou em hospedarias. Nas cidades, por vezes, também havia a falta de água potável, havia muita deficiência de esgotos e muito acúmulo de lixo. Esse quadro urbano caótico dificultava a administração local a combater a proliferação de doenças infectocontagiosas como disenteria, difteria, malária, lepra, febre tifoide, peste bubônica, entre outras. O crescimento vertiginoso e desordenado das cidades não foi acompanhado na mesma rapidez por um desenvolvimento do conhecimento que desse suporte técnico para resolução de tais problemas.

Na maioria das cidades medievais predominava a multiplicidade social, homens e mulheres que pertenciam ao “novo” e ao “velho mundo” se misturavam. Neste ambiente viviam e se relacionavam: professores, estudantes, mercadores, artesãos, aprendizes, jornaleiros, clérigos, prostitutas, mendigos, desempregados e até alguns membros da aristocracia feudal, que tinham sua residência principal nas cidades. Apesar da diversidade, a maioria deles tinham em comum o recebimento do pagamento pelo seu trabalho feito através de dinheiro. Isso representava uma novidade para a medievalidade:

As funções citadinas podem ser múltiplas (e cada vez mais se diversificam), mas o que impera é a mentalidade mercantil, (...) o artesão assalariado vende suas aptidões, o proprietário vende um quarto ou um terreno, o jurista vende seus conhecimentos de direito, o professor vende a sua cultura, o operário vende a sua força física e a prostituta vende seu corpo. A sua *ministeria*, os seus ofícios, são ordenados em função de um sistema de trocas recíprocas (...) segundo um preço justo estipulado diariamente em dinheiro, no mercado ou no local de recrutamento (ROSSIAUD, 1989, p.105).

Essa variedade social, apesar de gerar diversidade nas ações e no comportamento das pessoas não impediu que a maioria delas fossem influenciadas pelo ambiente inovador que as cidades ofereciam. Isso representou uma grande quebra de paradigma para sociedade estamental² da Idade

² A sociedade estamental é uma estrutura característica da Alta Idade Média, séculos V ao X, que dividia a sociedade em estamentos e com privilégios específicos. Tinha como, uma das suas principais características a impossibilidade de mobilidade social entre os grupos. A ascensão social era quase que inexistente, sendo determinada basicamente pelo nascimento do indivíduo. Os estamentos eram fixos e se dividiam em três grupos distintos: o clero (*oratores*) – os que oram – composta pelos religiosos: a nobreza (*bellatores*) – os que guerreiam – composta basicamente por cavaleiros e senhores

Média, pois criou a possibilidade de “mobilidade social” entre os grupos que compunham o estamento. A elevação social se tornava possível através do acúmulo de posses que o indivíduo viesse a adquirir pelo seu trabalho, quanto mais rico mais fácil essa ascensão. Agora, os homens poderiam passar da miséria para fortuna e da fortuna para miséria, independente da sua origem social.

O crescente incremento da monetarização nas trocas comerciais acelerou as transferências de riquezas, sendo que os mercadores foram os que mais acumularam. O ofício mercantil possibilitou a esse segmento concentrar a maior parte do dinheiro circulante dentro e fora das cidades, materializada pelas moedas, peças ou lingotes de ouro. Além disso, na medida em que o Feudalismo se enfraquecia com o empobrecimento da aristocracia feudal, os novos homens ricos também passaram a também adquirir terras, dentro e fora do espaço urbano. A posse da terra ainda era o sinônimo de poder e riqueza, por isso, a compra delas além de ser uma forma de investimento do dinheiro dos ricos mercadores, significava obtenção de “prestígio social” para eles. Gradativamente isso faria a sociedade evoluir para ideia da “propriedade privada”, uma das características do sistema capitalista.

Com o incremento comercial apareceram os grandes mercados, novas feiras itinerantes e fixas que necessitavam do uso das moedas para as trocas. Cada vez mais se tornou necessário estabelecer unidades referenciais de troca, pois a complexidade do comércio e das moedas exigia isso. Segundo Heers (1994), alguns senhores laicos e eclesiásticos passaram a cunhar moedas, a princípio de prata e de baixo valor, mais adiante várias cidades também passaram a fabricar suas próprias moedas, mais pesadas e de ouro, como Veneza e Florença em 1237, Flandres em 1275, Gênova e Florença em 1252. No final do século XIII, boa parte das cidades ocidentais usavam moedas nas suas trocas comerciais, porém, com valores e pesos diferenciados.

No novo contexto da monetarização e diversificação das transações comerciais, ganhou importância a figura do cambista que era o responsável em fazer as trocas das moedas nos mercados, nas praças e nas feiras. Com o aumento da frequência do uso do dinheiro na equivalência das trocas, vários destes cambistas se tornaram “banqueiros” que se incumbiam do ofício de receber dinheiro dos seus clientes e administrá-lo, cobrando é claro pelo serviço prestado. Aumentou o volume de empréstimos de dinheiro com a cobrança de juros, que passaram a serem oferecidos tanto por judeus como cristãos ricos. Gradativamente a Igreja abrandava a condenação da *usura*³, já que ela também passou a emprestar dinheiro desses banqueiros. O empréstimo pecuniário com a cobrança de juros atingia vários estratos da sociedade, principalmente artesãos, nobres, burgueses e igreja. Como salvaguarda dos empréstimos, os novos homens ricos recebiam como garantia terras, ferramentas ou bens urbanos dos tomadores.

feudais e o povo (*laboratores*) – os que trabalham – composta basicamente por mercadores, mestres, camponeses e jornaleiros.

³ Cobrança de juros excessivos nos empréstimos. Prática condenada pela Igreja da Idade Média que poderia inclusive levar o praticante a ser excomungado.

Um importante fator externo que também ampliou o uso de dinheiro nas trocas foi ampliação do comércio marítimo. Para Heers (1994), foi a reabertura do mar Mediterrâneo no século XI que impulsionou o comércio na região da Itália, especialmente através de Veneza. Embora esta cidade jamais tenha deixado de comercializar e se comunicar com Constantinopla, comprando especiarias e tecidos finos para serem negociados com outras cidades, pois apesar do domínio muçulmano na região, isso parecia não incomodar aos venezianos cristãos, estes pareciam mais interessados nos lucros obtidos com a comercialização com o porto do que com os preceitos religiosos da Santa Igreja. Segundo Pirenne (1977) após a abertura do mar, o comércio também se intensificou em outras cidades ao Sul da Itália, como Bari, Tarento, Nápoles e Amalfi, que passaram a exercitar mais frequentemente o comércio com Constantinopla. Com o crescimento do comércio marítimo, regiões mais distantes também se “reacenderam economicamente”, como no caso das costas francesas e espanholas no fim do século XI.

Para Heers (1984), a região dos mares do Norte, onde se localizava a Flandres, também apresentou um renascimento comercial visível. Mas, foi Bruges que melhor se aproveitou do incremento do comércio nessa região, pois localizava-se no fundo do golfo de Zwin, próximo à França, e por isso era preferida pelos condes de Flandres. Além de Bruges, outras cidades também se desenvolveram, principalmente em razão das atividades mercantis, tais como: Ypres, Gand, Bruges e Douai, que intensificaram a produção de tecidos comercializados, principalmente com as cidades italianas mais distantes e com o norte da França, nas famosas feiras de Champagne. No século XI, outras cidades localizadas nos países baixos também se beneficiaram do comércio do mar do Norte, como Liege e Escalda, que apareciam como centros comerciais pujantes.

No século XI era possível verificar claramente dois centros com maior desenvolvimento e vigor comercial: ao Sul, parte da Itália e sobretudo Veneza, e ao Norte, a costa de Flandres. Mas, sem dúvida naquele momento Veneza era o grande polo comercial do Ocidente, pois estava diretamente ligada à Constantinopla pelo mar e por isso, usufruía das vantagens comerciais que o maior porto do Mediterrâneo proporcionava, era um entroncamento para os tecidos bizantinos e as especiarias da Ásia. Veneza ainda exportava vinho e cereais, obtendo dos imperadores germânicos liberdade para comercializar, primeiro com as cidades vizinhas e em seguida com toda a Itália.

O vigor desse comércio contagiava toda a região próxima, como a Lombardia, onde Pavia passou a comercializar com Veneza e Luca a produzir tecidos, também influenciadas pela atividade comercial veneziana. “A Lombardia, onde conflui a este por Veneza, a oeste por Pisa e Génova todo o movimento comercial do Mediterrâneo, desenvolve-se com um extraordinário vigor. Nesta planície admirável, as cidades crescem com o mesmo vigor que as colheitas” (Pirenne, 1977, p.75). Antigas cidades também se reanimaram com o comércio desenvolvido, a exemplo de Bérgamo, Cremona, Lodi

e Verona. As cidades se erguiam, construíam muralhas, mercados, pontes, igrejas e apresentaram um crescimento econômico progressivo.

Até a expansão urbana do Ocidente europeu, ocorrida a partir do século XI, a economia monetária praticamente inexistia na sociedade feudal, sendo que as trocas se davam sob a forma de equivalência dos produtos e a produção estava assentada no campo, fundamentadas pela relação servil. É com a mudança na forma de produzir bens e de realizar as trocas comerciais que essa realidade mudou. O incremento da moeda nessas transações, estabeleceu uma nova forma dos homens pensarem e se relacionarem economicamente. Os produtos deixaram de servir apenas para permuta e ao consumo e passaram a destinar-se também ao comércio e as trocas em dinheiro: “os quadros do sistema feudal, que tinham, até então, encerrado a actividade económica, quebram-se e toda a sociedade se impregna de um carácter mais maleável, mais activo e mais variado” (Pirenne, 1977, p.82).

Tanto o comércio externo como o interno favoreceram esse processo de monetarização, mas, o espaço urbano foi o local onde ele foi mais aplicado e melhor se desenvolveu, influenciando em muito a vida no campo:

A profunda transformação das classes rurais no decorrer dos séculos XII e XIII não é somente consequência da crescente densidade da população. Deve-se também, em grande parte, ao renascimento comercial e ao crescimento das cidades. A antiga organização senhorial que convinha a uma época em que a falta de mercados exteriores obrigava a consumir os produtos do solo no próprio lugar onde eram cultivados, teria necessariamente que desmoronar quando se estabelecessem mercados permanentes que lhes garantissem vendas regulares. Foi isto o que aconteceu no dia em que as referidas cidades começaram a absorver, por assim dizer, a produção dos campos que asseguravam a sua subsistência (PIRENNE, 1968, p.84).

O campo passou a fornecer para a cidade os produtos necessários ao seu abastecimento e ela, em contrapartida, fornecia a ele os produtos comerciais e os objetos fabricados pelos artesãos. O aumento populacional urbano provocou uma necessidade cada vez maior de novos profissionais: *carniceiros, pisoeiros, tintureiros, alfaiates, sapateiros, cervejeiros, ferreiros, peleteiros, padeiros, etc.* Tudo isso, para atender às novas demandas de produção de mercadorias destinadas a vendas nos mercados interno e externo, nas feiras fixas e itinerantes e nas caravanas para exportação. Na medida em que as cidades cresciam, proporcionalmente aumentava o seu poder de influência numa área geográfica cada vez maior.

Nos novos espaços urbanos uma nova concepção de “trabalho” começou a ser desenvolvida. Surgiram em alguns setores as primeiras modalidades de “trabalho livre” com assalariamento em dinheiro, especialmente nos têxteis⁴ que subdividiam suas atividades em várias etapas, exigindo um grande volume e variedade de artesãos no seu processo. De certa forma, isso acelerou a decadência gradual do trabalho servil, até então prevalente na sociedade medieval. O pagamento em dinheiro pelo

⁴ O processo produtivo dos têxteis pode ser estudado de forma mais detalhada na obra de HEERS, J. **O Trabalho na Idade Média**. 2ª. edição. Coleção Saber. Publ. Europa-America, s.d., p.75-92, e na obra de FOURQUIN, G. **História Económica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1991, p. 257-263.

trabalho e pelos produtos fabricados nas cidades, contaminou a forma de pagamento da renda no campo. Como vimos inicialmente, no Feudalismo a renda paga pelo uso da terra era feita na forma de disponibilização de “tempo de trabalho” semanal dos servos nas terras do senhor ou com a entrega de um “percentual da produção” colhida e de produtos do artesanato primitivo camponês. Influenciado pelas cidades, gradativamente isso passou a ser feita em dinheiro, também no campo, provocando mudanças estruturais no sistema feudal, sobretudo no aspecto econômico e social.

Assim, foi a ampliação do uso do dinheiro entre as trocas de produtos e sua introdução no pagamento da renda no campo que inseriu no sistema feudal a novidade da “possibilidade” de transferência de riqueza entre os membros dessa sociedade. Essa novidade poderia levar mais facilmente ao empobrecimento de alguns e o enriquecimento de outros, permitindo mudanças na posição social entre os membros da sociedade, algo que até então era praticamente impossível. Essa nova dinâmica econômica da sociedade mudaria a forma de pensar de muitas pessoas, na medida em que passaram a vislumbrar o ganho de dinheiro como mecanismo de elevação social. Dobb (1983) reforça essa ideia afirmando que a intensificação das atividades produtivas e comerciais ocorridas na Baixa Idade Média desencadearam mudanças profundas na base da sociedade feudal, tanto na forma de pensar dos homens, como na forma de se relacionarem e de organizarem.

4 A FUNÇÃO ECONÔMICA DAS CIDADES MEDIEVAIS

Em sua obra “O Apogeu da Cidade Medieval”, Jacques Le Goff (1992) discorre sobre as principais características dos novos espaços urbanos surgidos na fase final da Idade Média. Apesar da multiplicidade de facetas apresentadas por ele, neste artigo optamos em dar destaque especial para *função econômica* exercida pelas cidades. O senso comum que muitos fazem acerca da medievalidade, é de que ela se caracterizou como um período de “quase imobilismo” das relações sociais e econômicas. De certa forma é possível afirmar que até o final do século X não houveram grandes avanços nestas relações, já que até então elas eram determinadas basicamente por valores religiosos e antigas tradições feudais. Porém, na fase final da idade média e em especial no interior das cidades, a ação política e econômica dos novos grupos sociais facilitou o rompimento dessa inércia social, alterando mentalidades e posições das pessoas.

É certo que essas mudanças não ocorreram simultaneamente e nem rapidamente em toda Europa, elas variaram de acordo com a região e o período. Para Rossiaud (1989), a migração dos camponeses para o interior das cidades atraiu uma infinidade de pessoas vindas das mais diversas regiões e camadas sociais, que se apresentavam como perturbadores da ordem social estabelecida pela Igreja e pelos costumes medievais. Mas se todo esse desenvolvimento assustava os representantes da velha ordem, os nobres e o clero, em muito ele empolgava os homens de negócios.

Este fluxo migratório aumentou a superfície urbana das cidades, as construções cresceram de forma irregular, se constituíram escolas, multiplicou a variedade do artesanato, o mercado local cresceu, a Igreja aumentou sua influência, foram construídos moinhos, pontes, muralhas e moradias para mercadores, príncipes, artesãos, clérigos, prostitutas, entre outras. A cidade apesar de estar integrada ao sistema feudal, era um centro complexo e heterogêneo que buscava uma identidade própria. Essa aglomeração passou a exigir uma melhor organização política e administrativa, a elaboração de leis e a intensificação do controle e fiscalização das diversas atividades desenvolvidas em seus domínios.

Possuidores de concepções de mundo diferentes, os vários segmentos sociais presentes nas cidades se relacionavam diariamente eram influenciados por aspectos comerciais, sociais, tradicionais e religiosos. O mercador, principal agente econômico local, fugia do modelo tradicional de indivíduo da sociedade em vigor. Na maioria das vezes não tinha nenhuma vinculação com a terra (elemento que determinava o poder e o status na sociedade), exercia uma atividade perigosa, sujeita a saques e pilhagens, transitando por caminhos diversos e longínquos. Normalmente esses mercadores viajavam em grupos pelas estradas da Europa e dividiam o que vendiam em quotas, de acordo com o direito de cada um. Levavam fardos de mercadorias em cavalos ou mulas, acompanhados de uma escolta militar armada para sua proteção. Andavam de cidade em cidade e, apesar de serem abominados pela Igreja em função da atividade que exerciam, eram úteis, pois vendiam os produtos que todos queriam, inclusive o clero e a nobreza.

Na medida em que se instalavam em uma cidade ou burgo à procura da proteção, os mercadores passavam a desenvolver suas atividades comerciais neste local. Com complexidade adquirida pelo comércio, os mercadores viram a necessidade de criarem associações próprias que foram denominadas de *Hansas* ou *Guildas*, que eram organizações que congregavam mercadores ou cidades e tinham como principal função proteger os negócios dos membros pertencentes a ela. Os mercadores se agrupavam nessas associações, faziam um juramento entre eles de fidelidade e de atuação comum. Essa poderosa organização facilitava a influência e a participação deles no governo e na administração das cidades.

O enriquecimento e a ascensão social desses mercadores, fez com que esses homens passassem a integrar uma espécie de “aristocracia urbana”, ocupando os principais cargos nos tribunais e nas administrações municipais. A diversificação na forma de constituição desses órgãos, variava de acordo com a cidade, mas, normalmente eram compostos por um conselho ou *cônsules*, eleitos pela própria aristocracia que escolhia quase sempre membros da nobreza e da alta burguesia (mercadores). Em poucas cidades haviam mestres ocupando cargos neste conselho, quando isso ocorria era de forma muito insipiente e tinham pouco poder. Havia cidades em que o conselho municipal se confundia com o tribunal, porém, os conselhos tinham funções bem distintas, tais como: tributação, que se dava de forma progressiva e de acordo com a posses dos cidadãos, exceto para os nobres e para o clero; a

realização de obras públicas como pontes, estradas, muralhas, monumentos; a criação de leis que variavam de acordo com a cidade e o poder dos grupos, entre outros.

Conforme afirma Pirenne (1968), foi a conquista da autonomia administrativa que possibilitou a autonomia jurídica das cidades. Como os burgueses não aceitavam serem julgados por tribunais regionais (feudos), criavam tribunais próprios, o que transformavam as cidades em verdadeiras ilhas judiciais. Os juízes eram designados pelos próprios burgueses e precisavam ter os conhecimentos específicos para arbitrar sobre questões comerciais, segundo as regras do comércio. Os tribunais feudais funcionavam de forma diferente, neles os membros eram vitalícios e o tribunal julgava segundo os preceitos e tradições, embasados pela relação servo/senhor.

Novas leis foram criadas nas cidades, inclusive com penas mais severas para os delitos graves como o roubo. Proliferavam-se o uso de contratos diversos, oficializavam-se os casamentos, materializavam-se as dívidas na forma de documento escrito. Tudo isso objetivava manter a paz e a organização, tão necessárias para a nova realidade urbana. Como as administrações municipais tinham uma forte presença dos mercadores burgueses, estes exerciam um rígido controle da entrada de produtos nas cidades destinados ao abastecimento da população urbana e rural. Tinham a preocupação em reger a qualidade e os preços dos produtos, impedindo legalmente a participação de concorrentes ou intermediários no processo, forçando o camponês e o artesão a vender seus produtos diretamente aos cidadãos ou ao comerciante burguês, no mercado local.

Também puniam severamente aqueles que faziam estoques de mercadorias. Os produtos considerados mais essenciais chegavam a ter seus preços majorados para evitar a especulação. A fiscalização se demonstrava rígida e constante, exigindo tanto a prática do preço justo como a garantia da qualidade ideal, cabendo em caso de infração o confisco do produto e até a punição aos infratores. Essas leis evidentemente se aplicavam aos produtos básicos produzidos nas cidades ou nas suas imediações, para os produtos mais escassos e comercializados pelos mercadores de longa distância, como as especiarias, não era possível uma fiscalização tão enérgica.

O fortalecimento do comércio ao longo dos séculos, tornou as cidades um espaço majoritariamente burguês. Apesar de serem minoria, os mercadores ricos passaram a exercer um poder e o comando quase que total dos espaços urbanos. A forma como se dava a definição de quem teria o controle das cidades variou de acordo com cada localidade, mas normalmente, quem exercia a hegemonia da principal atividade econômica local é quem tinha condição de mando. Isso permitia ao rico mercador ocupar ou indicar pessoas ligadas a ele para exercer os principais cargos públicos, administrativos e judiciais. Ocupar esses cargos se demonstrava estratégico para garantir liberdade e facilidades para o desenvolvimento das atividades comerciais.

As práticas econômicas desenvolvidas no interior do espaço urbano conflitavam frontalmente com os interesses do senhor feudal, que vivia da renda paga pelos camponeses sob seu domínio. O

encantamento e o caráter econômico das novas cidades que impulsionou a migração dos camponeses, representou um importante elemento desagregador do campo. Por outro lado, a cidade se tornava cada vez mais fundamental para a sobrevivência dos feudos e do senhor feudal. Os mercados urbanos serviam tanto para venda dos produtos necessários ao abastecimento do feudo, como para compra em dinheiro da produção do campo. Forneciam com isso as moedas necessárias para que os servos quitassem a renda em dinheiro devida ao senhor feudal e este, poderia comprar outros produtos com dinheiro ou pagar trabalhadores na nova modalidade de “trabalho livre” que surgiu com a evasão dos feudos. Assim, o comércio urbano se demonstrava contraditório em relação ao campo, era um elemento “fundamental” e ao mesmo tempo “desagregador” do Feudalismo.

Como já vimos, o enriquecimento dos mercadores e o crescimento do comércio de longa distância fomentou a produção do artesanato. Isso provocou reações negativas dos grupos tradicionais da medievalidade, a nobreza e a Igreja. Mas, também gerou protestos dos burgueses pela discriminação sofrida e, por isso, passaram a exigir a liberdade e direito para o exercício de suas atividades:

(...) o direito de enriquecer, o direito de administrar e a possibilidade de dispor facilmente de mão-de-obra. É preciso portanto, que não haja sobre a produção artesanal e o comércio direitos senhoriais exorbitantes; os burgueses devem ser livres e poder dedicar-se aos seus negócios, ter o direito de reunir livremente e a possibilidade de controlar a vida econômica e administrativa da cidade (LE GOFF, 1992, p.56).

Apesar das divergências entre esses grupos, havia uma relação de dependência entre eles. Por essa razão, normalmente, chegavam a acordos que satisfaziam a todos, pois era estratégico que os conflitos fossem amenizados. Porém, a “harmonia” entre as cidades e o modo de produção feudal durou enquanto o feudalismo não representou um obstáculo ao avanço comercial, “a cidade encontrou o seu lugar no sistema feudal” (Le Goff, 1992, p.59), e os senhores aceitaram as cidades. É evidente que isso não se deu de forma totalmente pacífica, houveram conflitos. Mas, os grupos atingiram um nível de “coexistência pacífica”, pois tinham interesses próprios a preservar. O socorro financeiro recorrente feito à aristocracia feudal e à Igreja pelos “novos homens ricos” ajudou a minar, gradativamente, a postura agressiva dos primeiros que se tornaram mais tolerantes com os mercadores e suas atividades.

Com a autonomia administrativa, as cidades passaram a comercializar entre si e a distâncias cada vez maiores. Para Pirenne (1977), a sobrevivência das cidades só foi possível na medida em que também se constituiu um comércio externo entre elas. Isso porque, a diversidade do clima e das regiões se apresentava tão variados que era inevitável que a produção de mercadorias ou cereais fosse diferente em cada localidade. A necessidade cada vez maior de quantidade e variedade de produtos obrigou o fortalecimento do comércio externo, além disso, fez com que o artesanato e o comércio se aproximassem mais, a fim de dar conta do aumento das demandas de consumo.

A chegada de uma grande quantidade de camponeses e artesãos nas cidades a procura de trabalho, seja como jornalheiros ou para abrirem sua própria oficina, tornou o espaço urbano um ambiente diversificado de ofícios, tornando-se necessário organizar e regulamentar as profissões através da constituição de “associações” de artesãos. Vários tipos de associações surgiram nesse período e receberam diversas denominações, sendo “Corporação de Ofícios” a mais conhecida. A criação dessas associações variou de acordo com a cidade e os interesses envolvidos. Muitas delas se formaram por iniciativa própria dos artesãos, outras por influência de mercadores, outras por iniciativa dos membros da aristocracia feudal e até mesmo do clero.

Apesar da diversidade na motivação de sua criação, essas associações tinham em comum o objetivo de proteger seus membros, zelar pela qualidade dos produtos, garantir a concorrência justa e a prática de preços aceitáveis tanto para quem produzia como para quem comprava. Para isso, regulavam e organizavam a produção, estipulando regras comerciais e de convivência entre seus membros. A necessidade da criação dessas associações se deu pela variedade de profissões no interior do espaço urbano e abrangiam: *ourives, tecelões, carpinteiros, seleiros, ferreiros, carniceiros, alfaiates, seleiros, cirurgiões, ourives, cristaleiros, padeiros, pisoeiros*, entre outros. O crescimento das cidades multiplicou exponencialmente o número de artesãos. Um dos segmentos de corporações que mais se demonstrava numeroso era o ligado à alimentação: peixe, gado, grãos, ervas. Le Goff fornece-nos uma ideia da variedade e grande quantidade de profissionais existentes no interior das novas cidades:

Os artesãos se multiplicam em toda parte. Em Narbonne, 940 artesãos prestam juramento ao visconde. Em Toulouse, somente no burgo, conhecem-se mais de 200 deles em 1335. Em Paris, o Livro dos Ofícios (*Livre des métiers*) do preboste Étienne Boileau (c.1268) nos faz conhecer 101 categorias de artesãos organizados, aos quais devem-se acrescentar os açougueiros (LE GOFF, 1992, p.65).

Fica evidente até aqui, o quanto as bases econômicas e sociais criadas pela ação de artesãos e mercadores foi determinante para constituição da sociedade contemporânea. Esses dois grupos, ao desenvolverem e aprimorarem a atividade produtiva e comercial e monetária na Baixa Idade Média forçaram um primeiro rompimento, embora ainda tênue, com o modo de produção servil e, lançaram embriões econômicos e sociais importantes para formulação de um novo modelo de sociedade concebido nos séculos seguintes, mas que herdou importantes elementos econômicos criados neste período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As polêmicas acerca das teses sobre a origem das cidades medievais não nos permitem determinar um único fator para esse fenômeno. Porém, é possível realçar que o restabelecimento da atividade comercial na Baixa Idade Média e a abertura do Mediterrâneo no século X, em muito colaborou para o reaquecimento econômico no ocidente e para proliferação das cidades comerciais. Porém, outros fatores como: a atuação do mercador viajando a longas distâncias ou se estabelecendo em locais específicos, que mais tarde se tornaram novas cidades; as crises na produção do campo provocadas por adversidades climáticas, guerras ou mesmo a diminuição da área disponível para plantação também favoreceram a aglomeração nas cidades e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento econômico. A cidade representava a liberdade e a possibilidade de trabalho para os camponeses que fugiam da crise e da fome do campo. Foi o conjunto desses fatores que favoreceu o surgimento no Ocidente das novas cidades e também o fortalecimento daquelas antigas, já existentes.

O que é importante destacar é que as cidades medievais se constituíram num ambiente dinâmico e contraditório que, ao mesmo tempo aglutinava antigos valores e elementos da velha sociedade feudal e novos valores e elementos criados pelo incremento das atividades comerciais. Essa convivência mútua provocou choques inevitáveis, pois o mundo medieval era regido sobretudo pelos preceitos religiosos e pelas antigas tradições e o novo mundo, surgido no ambiente urbano, era resultado principalmente da intensificação da atividade produtiva, comercial e monetária. Houve uma luta crucial e determinante pelo controle das cidades que foi vencida pelos mercadores, na medida em que se impuseram economicamente e passaram a controlar o poder político, econômico e administrativo dos grandes centros comerciais. Isso foi determinante para o desenvolvimento do Capitalismo Mercantil nos séculos seguintes.

Num primeiro momento, o embate dos mercadores e artesãos com os senhores feudais e com a nobreza foi inevitável. Esse embate, porém, foi muito mais político e se desenvolveu de forma negociável ao longo dos séculos. Afinal esses elementos precisavam coexistir pacificamente, pois dependiam uns dos outros. O comércio precisava da matéria prima do campo e de vender seus produtos ao maior número possível de compradores e, o mundo feudal necessitava vender sua produção e ter acesso aos novos produtos que só os artesãos fabricavam e os mercadores comercializavam.

É esse o caráter mais marcante que se revestiu as grandes cidades comerciais da Baixa Idade Média. O espaço urbano era um ambiente diferenciado das antigas cidades romanas, pois a dinâmica de funcionamento dessas novas aglomerações tinha como principal elemento organizador a fabricação de produtos pelos artesãos e o comércio exercido pelos mercadores. Podemos concluir que este novo ambiente criado foi inovador para Idade Média, constituindo-se de um importante embrião econômico e social para evolução da sociedade nos séculos seguintes que levou a consolidação do sistema capitalista, que tem o trabalho assalariado como modo de produção social organizador.

De certa forma, podemos ousar afirmar que as figuras dos “mercadores e artesãos”, tão determinantes na Baixa Idade Média, parecem ter inspirado em muito na constituição das figuras dos “trabalhadores e capitalistas” da atualidade. E ainda, a evolução e a relevância da “economia” presente nas cidades da Baixa Idade Média, em muito se assemelham com o ambiente estrutural e econômico das cidades atuais. Conforme afirma Le Goff (1998, p.9), “...há mais semelhanças entre a cidade contemporânea e cidade medieval do que entre a cidade medieval e a antiga”.

REFERÊNCIAS

- BONNASSIE, P. Dicionário de História Medieval. Lisboa: Dom Quixote, 1985.
- CONTE, G. Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo, Lisboa: Presença, 1984.
- DOBB, M.H. A evolução do capitalismo. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- DUBY, G. Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____ A Europa na Idade Média. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1988
- FOURQUIN, G. História Económica do Ocidente Medieval. Lisboa: Edições 70, 1991.
- HEERS, J. História Medieval. 6a. edição. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil, 1994.
- _____ O Trabalho na Idade Média. 2a. Edição. Coleção Saber. Lisboa: Publ. Europa-América, s.d.
- HEILBRONER, R. A formação da Sociedade Econômica. 5a. edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- HUBERMAN, L. História da Riqueza do Homem. 19a. edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- LE GOFF, J. O Apogeu da Cidade Medieval. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992
- _____ Mercadores e banqueiros da Idade Média. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991
- _____ Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Ed. Estampa, 1993.
- _____ Por amor às cidades. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- OLIVEIRA, C. R. História do Trabalho. São Paulo: Ática, 1987.
- PIRENNE, H. As Cidades da Idade Média. Ensaio de História Económica e Social. 2a. Edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.
- _____ História econômica e Social da Idade Média. 4a. edição. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- ROSSIAUD, J. O cidadão e a vida na cidade. LE GOFF, J. (org). In: O Homem Medieval. Lisboa: Presença, 1989.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. Historia Social y Económica de la Edad Media Europea. Madrid: Espasa-Calpe, 1984.